

vol. 1, n. 1 - 2025



Revista de Informação Legislativa

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SERGIPE



A Revolta de 13 de Julho, os seus Reflexos Sociais e os Múltiplos Olhares da História

*Jorge Carvalho do Nascimento**

*José Anderson Nascimento***

RESUMO

O presente artigo objetiva discutir as distintas interpretações que dão conta de explicar os eventos relativos à chamada Revolta do Treze de Julho na História de Sergipe. Do mesmo modo, procura verificar as construções historiográficas que erigiram os tenentes que comandaram a revolta à condição de heróis, principalmente o tenente Augusto Maynard Gomes que governou Sergipe como interventor, a partir de 1930, e foi para a reserva como general, é visto como um Salvador da administração pública. Do mesmo modo, discute a possibilidade de a chamada Revolta do Treze de Julho ser um golpe de Estado contra um governo constitucionalmente eleito, quartelada que malogrou em face da resistência do presidente da república, Epitácio Pessoa. O governo federal enviou a Sergipe tropas militares que sufocaram o golpe e recolocaram Maurício Gracho Cardoso no poder.

Palavras-chave: Revolta; Treze de Julho; Augusto Maynard; Tenentismo; Historiografia.

* Professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe. Presidente da Academia Sergipana de Educação e membro da Academia Sergipana de Letras

** Professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe. É presidente da Academia Sergipana de Letras

THE 13TH OF JULY REVOLT, ITS SOCIAL REFLEXES AND THE MULTIPLE LOOKS OF HISTORY

ABSTRACT

This article aims to discuss the distinct interpretations that explain the events related to the so-called “Revolta do Treze de Julho” in Sergipe History. Likewise, this work seeks to verify historiographical constructions that led the lieutenants who commanded the Revolt to the status of heroes. Mainly the Lieutenant Augusto Maynard Gomes who ruled Sergipe as intervenor, from 1930 and went to the reserve as General, being seen as a savior of public administration. This paper also discusses the possibility of the so-called “Revolta do Treze de Julho” being a coup d'état against a constitutionally elected government, military mutiny that failed to face the president of republic resistance, Epitácio Pessoa. The federal government sent Sergipe military troops who suffocated the coup and replaced Maurício Gracho Cardoso in power.

Keywords: Revolt; Treze de Julho; Augusto Maynard; Lieutenants; Historiography.

1. O HEROÍSMO DOS TENENTES

Qualquer processo efetivamente vivido comporta distintas leituras pelos que se dispõem a analisar as evidências que se apresentam para explicá-lo. Quando tais processos são perscrutados pelos historiadores, a deusa Clio acolhe distintas versões, desde que construídas a partir de evidências que busquem demonstrar as conclusões às quais chega o observador.

Historiadores como Roger Chartier e outros intelectuais filiados a diferentes gerações de estudiosos da chamada História Cultural foram sempre pródigos em demonstrar como todos os processos permitem não apenas que a eles se lancem diferentes olhares, e também que estes sejam permanentemente revistos.

Neste texto, tomamos o conhecido episódio da revolta do Treze de Julho de 1924 para analisar como a revolta ocorrida em Sergipe sob o contexto brasileiro do Tenentismo comporta distintas leituras que levam a conclusões que estão muitas vezes em posições que se contrapõem.

Estudando Roger Chartier (1990) é possível identificar diferentes leituras sobre a revolta do Treze de Julho nas investigações sobre a história de Sergipe. Chartier (1990) está preocupado com a forma através da qual os indivíduos se apropriam de determinados conceitos que possibilitam compreender as representações sobre o processo político.

Quando se discute a revolta do Treze de Julho em Sergipe, a versão mais aceita é aquela que alinha os tenentes que depuseram o Presidente de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso, à condição de heróis da pátria que se insurgiram contra as mazelas da chamada República Velha, buscando modernizar o Brasil e colocá-lo *pari-passu* com os mais importantes avanços das democracias que prosperavam em diferentes lugares do mundo nas primeiras décadas do século XX.

Tal versão corresponde ao processo que formou uma dada mentalidade coletiva. Para Chartier (1990), é importante o processo

através do qual os homens constroem e dão sentido ao seu mundo. Tal processo se reflete nos métodos utilizados para alcançar seus objetivos. Conceitos como os de utensilagem mental, visão de mundo e configuração têm importância fundamental para o estabelecimento de um diálogo com as fontes que nos levam à compreensão de um objeto.

Os tenentes sergipanos estavam articulados com a revolta dos tenentes paulistas, iniciada em 5 de julho de 1924, sob o comando do General Isidoro Dias Lima, contra o governo do Presidente da República, Dr. Artur da Silva Bernardes, que enfrentava uma grande crise econômica, concentrando o poder em mãos de políticos de São Paulo e de Minas Gerais, com denúncias de corrupção e de violação de princípios democráticos.

É necessário aprofundar os estudos em torno dos conceitos fundamentais difundidos por Roger Chartier (1990) para compreender a política e os processos vivos em Aracaju na revolta do Treze de Julho de 1924 como fenômenos correspondentes a uma dada cultura política de um modo geral, buscando um maior conhecimento a respeito das condições de produção dos estudos a respeito do fenômeno e das ferramentas de análise que permitiram as interpretações dominantes.

Afinal, a sua contribuição possibilita aos pesquisadores questionarem para que serve o campo da história política, assumindo, a partir daí, o entendimento de que as suas lutas pelo poder, os discursos, as representações podem ser vistos como cenários de mudança das relações de poder, de distintas expressões sociais, representações culturais simbólicas.

O trabalho de Roger Chartier (1990) criou as condições para que se estabelecesse uma nova postura nos diversos campos de estudos de História diante dos métodos, das fontes e dos temas estudados, buscando, da mesma maneira, nos diversos ramos especializados da História um diálogo mais fértil com a Antropologia, a Sociologia, a Filosofia e a teoria literária.

Contudo, a História não pode ser reduzida a uma mera representação. É necessário considerar, por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.

De acordo com Nascimento (2020) analisando o papel do general Isidoro, importante liderança da revolta do Treze de Julho de 1924:

[...] muito influenciou os militares sergipanos, que, em sua adesão, sediciaram o 28º Batalhão de Caçadores na madrugada do dia 13 de julho daquele ano, ocuparam o Palácio do Governo, prendendo e depondo o Presidente (Governador) Maurício Graco Cardoso e alguns dos seus auxiliares, dentre eles o Chefe de Polícia, Dr. Cyro Cordeiro de Farias, o Secretário Geral do Governo, Dr. Hunald Santaflor Cardoso, o Consultor Geral do Estado, Dr. Carlos Alberto Rolla, entre outros.

Os insurgentes, estando à frente o Capitão Eurípedes Esteves de Lima e os Tenentes Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Melo e Manoel Messias de Mendonça, ocuparam também a estação telegráfica, a estação da Ferrovia Leste Brasileiro, que era localizada entre os atuais mercados Maria Virgínia Leite Franco e Tales Ferraz e o Quartel da Polícia Militar. (Nascimento, 2020)

A tropa sediciosa marchou para a Praia Formosa e lá foram cavadas trincheiras até a Ponta do Claudiano, estacionando na margem direita do Rio Sergipe os canhões “Sergipe” e “União Faz a Força” e uma “Metralhadora” alemã da Primeira Guerra Mundial. Minaram a barra do mesmo rio e fizeram barricadas com sacos de areia, preparando a defesa, acaso as tropas federais viessem pelo mar.

Sempre disparavam tiros de canhão, para animar a tropa e alertar a população. A Junta Governativa Militar, composta pelos seus principais líderes, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima e os Tenentes Augusto Maynard Gomes, João Soarino de Melo e Manoel Messias de Mendonça, preocupou-se com o cerco de Aracaju e destacou revoltosos para São Cristóvão e Itaporanga d'Ajuda.

Em Rosário do Catete, a defesa dos revoltosos ficou a cargo do exator Antônio Garcia Sobrinho e do advogado Zaqueu Brandão, que comandaram a guarnição com o canhão da Guerra da Independência, que foi colocado no vagão para transportar equipamentos do trem Maria Fumaça da Ferrovia Leste Brasileiro. Esse grupamento foi o responsável pela debandada do Batalhão Hercílio Britto, formado às pressas com homiziados, cangaceiros e outros indivíduos do Baixo São Francisco, que vinham em socorro do presidente do estado, que se achava preso no Quartel do 28º BC.

Quando este batalhão se aproximava de Carmópolis, foi surpreendido com o estampido do tiro do velho canhão, disparado por Zaqueu Brandão, pondo-se em fuga a cavalaria e os infantes a pé, às carreiras, pelas matas e brejos, até alcançarem Propriá e dispersarem-se.

Das bandas de Simão Dias, partiu em defesa do Dr. Graco Cardoso, uma coluna denominada de Batalhão Barão de Santa Rosa, comandada pelo Coronel Pedro Freire de Carvalho, que desistiu da empreitada antes de chegar em Salgado, dispersando-se em direção ao sertão.

Apesar dessas debandadas, em que os revoltosos contabilizavam vitórias, a situação no Sul do Estado não era favorável aos insurgentes, pois trazidos pelos navios Iris, Canavieiras, Comandante Miranda e Marau, apoiados pelo contratorpedeiro Alagoas, desembarcaram no Crasto, em Santa Luzia do Itanhy, mais de mil soldados provenientes dos 20º, 21º e 22º Batalhões de Caçadores, aquartelados em Maceió, Recife e João Pessoa, respectivamente, além de militares das polícias da Bahia e de Alagoas, todos comandados pelo General Marçal Nonato de Farias, rumando a pé, pelos charcos, mangues e alagados, rumo

à Estância, onde foi fixado o Quartel General da campanha para restabelecer a legalidade em Sergipe.

Para essa operação de guerra, o General Marçal Nonato de Farias contou com dois canhões Trupp, guarnições, armamento e munições, navios, trens da Ferrovia Leste Brasileiro, barcas, pequenas embarcações, caminhões, carros de bois e tropas de muars.

As estações ferroviárias de Boquim e de Salgado foram ocupadas pelos legalistas e o Marechal Marçal de Farias estabeleceu o seu Quartel General num vagão do trem Maria Fumaça e fez com que os insurgentes recuassem para São Cristóvão. Parte da tropa legalista desembarcou em São Cristóvão e seguiu em demanda para Aracaju, enfrentando os charcos palustres da Jabotiana, alcançando as tropas revoltosas pela retaguarda, que se puseram em debandada.

Presos os principais líderes da revolta e mais outras quinhentas pessoas, os legalistas não conseguiram prender o Tenente Augusto Maynard, que driblou o cerco imposto em Aracaju, fugindo para Rosário do Catete, depois para Santo Amaro, escapando pelas matas da Fazenda Aruari, com o apoio do amigo Brasilino de Jesus, vagando pelo interior de Sergipe e escapando para Salvador. Da Bahia partiu para São Paulo, onde foi preso e recambiado para Aracaju em 7 de fevereiro de 1925.

Os tenentes sergipanos perderam a batalha do 13 de Julho de 1924, mas como o movimento tenentista brasileiro foram vitoriosos na guerra de propaganda e projetaram as pautas do Tenentismo, assumindo-se como aqueles que lutaram pelo combate à corrupção e pela propaganda do voto secreto, além da construção da Justiça Eleitoral e da instituição do ensino público obrigatório.

Essas pautas estavam postas de modo muito forte, desde a revolta de 1922 no Rio de Janeiro e persistiram principalmente na Revolta de 19 de janeiro de 1926, na qual o Tenente Maynard, apesar de recolhido ao 28º BC, sublevou o quartel novamente, com os mesmos companheiros de farda, capitão Eurípedes Esteves de Lima e tenente João Soarino,

partindo para o enfrentamento com as tropas da Polícia Militar nas ruas de Aracaju.

Baleado, o Tenente Maynard foi levado ao hospital para tratar o seu ferimento e depois conduzido para a Ilha da Trindade, no Oceano Atlântico, a 1.200 km do município de Vitória, onde se tornará em prisão militar. Para lá foram conduzidos, também, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima, os tenentes João Soarino de Melo, Manoel Messias de Mendonça e mais cem insurretos sergipanos. Lá já estavam revoltosos de outros estados, entre os quais o capitão Juarez Távora e o tenente Eduardo Gomes.

Anistiados, os revoltosos de 13 de Julho de 1924 se articularam com outras lideranças do movimento tenentista espalhadas pelo Brasil e lutaram focados na chamada Revolução de 1930, inspirando, em Sergipe um programa educacional na Interventoria Federal do General Augusto Maynard, inaugurando o Jardim de Infância, em 17 de março de 1932, cabendo a direção dessa unidade à Professora Penélope Magalhães dos Santos, uma entusiasta da educação infantil.

Além disso, outras iniciativas no campo educacional foram presentes na propaganda dos vencedores de 1930, em especial as produções científicas dos professores José Augusto da Rocha Lima e Helvécio Andrade, publicadas no “Boletim Pedagógico” em 13 de julho de 1934, comemorando os 10 anos da revolta dos tenentes.

Todos esses fatos conduziram a uma construção das identidades sociais do movimento, transformada em uma história das relações simbólicas de força. Perceber tal processo como realidade social é entender que mesmo à revelia dos atores sociais, a história é um fenômeno que traduz posições e interesses, produzindo estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade e legitimam um projeto reformador, justificando escolhas e condutas.

As estruturas do mundo político não são um dado objetivo. Elas são historicamente produzidas por práticas sociais e discursivas articuladas. Assim, é grande a diversidade de interpretações incorporadas a tais

estudos. Em Chartier, identificamos categorias como *habitus*, tomada da obra de Pierre Bordieu; configuração e processo, apanhadas em Norbert Elias; representação, apreendida com Louis Marin. Ideias que são importantes para compreender um processo como a revolta do Treze de Julho, uma vez que permitem entender o controle da difusão e circulação do discurso. Compreender a produção do novo a partir das contribuições existentes e a apropriação e transformação cultural.

Deste modo, Roger Chartier (1990) demonstrou como discutir as práticas que dão significado ao mundo e caracterizá-las como práticas discursivas, produtoras de ordenamento, de afirmação de distâncias, de divisões. Daí, todo o entusiasmo demonstrado pelo francês ao tratar da obra do alemão Norbert Elias, afirmando que o pensamento deste nos apaixona pela pertinência das suas análises, pelo seu projeto de construir cada objeto no interior do sistema de relações que lhe conferem a sua fisionomia e perfil próprios.

As filiações teóricas de Roger Chartier serviram para que os pesquisadores de História compreendessem a necessidade de mergulhar nas teorias e metodologias da História, na prática dos arquivos, realizando a operação historiográfica proposta por Michel de Certeau e familiarizando-se com a política e as suas especialidades.

O entusiasmo de Roger Chartier em relação ao trabalho de Michel de Certeau permite que o pesquisador de fenômenos como a revolta do Treze de Julho entenda existir uma possibilidade de dar clareza ao seu discurso interpretativo buscando nas ciências humanas os elementos que permitem “precisar melhor os seus contornos e definir com mais acuidade sua pertinência” (Chartier, Roger. *Cultura Escrita, Literatura e História*. 2 ed. México: Fondo de Cultura Economica, 2000: 119).

A interpretação da história política pode se valer de outra importante contribuição de Michel de Certeau apontada por Chartier: o reconhecimento da História como prática narrativa. As reflexões pioneiras de Michel de Certeau (...) obrigaram os historiadores a reconhecer, querendo ou não, que a história política como pertence ao

gênero da narrativa - entendida no sentido aristotélico da “articulação em um enredo de ações representadas”.

2. UMA LEITURA A CONTRAPELO

No último quartel do século XX, o historiador Edgar De Decca chamou a atenção do Brasil para os distintos modos de ler os fatos relativos à chamada Revolução de 1930 e a ação dos tenentes em seu conhecido livro *O Silêncio dos Vencidos*, demonstrando como os vencedores daquele momento sufocaram as vozes e as razões dos que perderam o poder.

Seja qual for a leitura que faz o estudioso da história, para todos está claro que os Tenentes que tentaram tomar o poder em 1922, 1924 e 1926 somente foram efetivamente vitoriosos em 1930, quando Getúlio Vargas depôs Washington Luiz e impediu a posse de Júlio Prestes na Presidência da República.

Quando nos debruçamos sobre tais fenômenos podemos indagar: em que condições pode-se considerar coerentes, plausíveis, explicativas, as relações instituídas entre, de um lado, os indícios, as séries ou os enunciados construídos pela operação historiográfica e, de outro, a realidade referencial que pretendem “representar” adequadamente?

A resposta não é fácil, mas é certo que o historiador tem a tarefa específica de fornecer um conhecimento apropriado, controlado, dessa “população de mortos – personagem, mentalidades, preços” que são seu objeto. Abandonar esta intenção de verdade, talvez desmesurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todos os falsários que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. Cabe aos historiadores, fazendo seu ofício, ser vigilantes (Chartier, 2000: 100).

O triunfo da chamada revolução de 1930 permitiu que a maioria das lideranças tenentistas assumisse o poder ao lado de Vargas e conquistasse um dos mais importantes dentre os troféus que a vitória

política concede: o direito de escrever a História oficial, aquela que se impõe como única verdade histórica possível no imaginário do senso comum.

Assim, sob o quadro interpretativo concebido por Roger Chartier, o exercício do trabalho de historiar impõe, portanto, o trato de problemas conceituais como representação, prática e apropriação. É a partir deles que Chartier considera questões como as formas narrativas do discurso histórico e literário, fundamentais à interpretação dos documentos que o historiador toma por objeto.

Por isto, a leitura que mais circulou no Brasil foi a dos heróis de 1930 como herdeiros do tenentismo e libertadores do Brasil que puseram fim ao conjunto de mazelas da Primeira República. É sob tal contexto que se coloca o debate a respeito do Tenentismo em Sergipe. Foi importante a vitória de 1930 para produzir do capitão Eurípedes Esteves de Lima e dos tenentes Manoel Messias, João Soarino e Augusto Maynard a imagem de heróis populares, além de mitificá-los.

Para entender tal operação é fundamental que se apanhe o modo como as ideias das sucessivas gerações de historiadores a exemplo de Pierre Bordieu, Michel de Certeau, Michel Foucault e Paul Ricoeur, influenciados pela Escola dos Anales, têm sido recebidas no Brasil.

Também, o modo como têm sido recebidas no Brasil as ideias de alguns autores influenciados pela Escola de Frankfurt, como Gadamer, Geertz, Habermas, Jauss e Norbert Elias. Se tomarmos os parâmetros propostos por Roger Chartier, veremos que os mais importantes intérpretes do tenentismo somente podem ser lidos e entendidos quando se leva em consideração o contexto no qual o trabalho de cada um deles foi produzido.

A Historiografia brasileira é pródiga na associação entre os tenentes e as camadas médias urbanas, cuidando sempre de apresentá-los na condição de defensores da honra militar e moralizadores do sistema político. Este tema esteve presente no discurso militar sobre o poder, ao lado de outra desgastada fala sobre o inimigo de sempre: os comunistas.

Marcantes são momentos de tensão, como 1889, 1922, 1924, 1926, 1930, 1964 e 2018. Em tais momentos, o Exército não pensava e não agia uniformemente. Sempre havia vozes discordantes na caserna, mesmo quando tais vozes não eram ouvidas inicialmente, ou quando algumas delas mudavam de posição *a posteriori*. No caso de Sergipe, os tenentes que comandaram a revolta necessitaram depor e prender o comandante do Vigésimo Oitavo Batalhão de Caçadores.

Vemos em tais momentos como pensar, portanto, os processos de civilização, é incorporar a possibilidade de ir do discurso ao fato e do fato ao discurso, questionando a ideia de fonte como mero instrumento de mediação e testemunho de uma realidade e considerando as representações como realidade de múltiplos sentidos.

Mesmo porque, as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, Roger. "O Mundo como Representação". In: Estudos Avançados. 11(5), São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1991: 16).

A condição de vencedor em 1930 fez possível a Augusto Maynard receber a anistia que lhe concedeu Getúlio Vargas, ser reincorporado às forças armadas e promovido a capitão. Sob tal condição, ele foi interventor em Sergipe durante o governo Vargas e, também, integrou o Tribunal de Segurança Nacional. Terminou a carreira militar como coronel e foi promovido a general de brigada quando passou para a reserva.

Uma figuração política pode ser apropriada pelos leitores dos textos de história (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. Um texto pode aplicar-se à situação política com a qual se identifica o leitor e como configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. Por isto, entre o texto da história política e o sujeito que o lê coloca-se uma teoria capaz de compreender a apropriação dos

discursos, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo.

É verdade que, entre nós, ainda são poucos os estudos que se debruçaram verticalmente sobre o tema da revolta dos Tenentes. O mais importante deles continua a ser o livro do cientista político e historiador José Ibarê da Costa Dantas, *O Tenentismo em Sergipe* (Dantas, 1974). Antes do estudo de Ibarê Dantas, somente era possível consultar os registros resultantes das pesquisas realizadas por Pires Wynne e por Mário Cabral.

Os agenciamentos discursivos da história política e as categorias que os fundam – como os sistemas de classificação, os critérios de recorte, os modos de representações – não se reduzem absolutamente às ideias que enunciam ou aos temas que contêm. Eles possuem sua lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória, em seus efeitos, como letra da mensagem (Chartier, 1991: 17).

Alguns trabalhos produzidos nestas duas primeiras décadas do século XXI estão apresentando elementos que possibilitam estabelecer novas leituras de movimentos como o da revolta dos Tenentes do dia 13 de Julho de 1924 em Sergipe.

Para entender a historicidade das configurações políticas é necessário romper com o conceito universal e abstrato de sujeito, uma vez que as abordagens nem sempre são satisfatórias. O discurso da história política não é uma abstração reduzida ao seu conteúdo e não existe fora dos objetos que o oferecem à decifração.

É importante sublinhar que em nenhum daqueles momentos de tensão do século XX, os militares foram os únicos e exclusivos conspiradores. Falando em nome de combater a política, sempre apresentada como o pecaminoso campo no qual se expressam do pior modo os desmandos da condição humana, os militares estavam aliados com distintos agrupamentos políticos da sociedade civil e de outros tantos encastelados no aparelho de Estado. Todos, políticos, aqui entendida a política como espaço de representação de interesses da sociedade.

As práticas políticas das quais o leitor se apropria são histórica e socialmente variáveis. Chartier afirma que o leitor não é um bloco de cera mole no qual se inscreve o texto. O processo de construção de sentido do texto político, da interpretação da história, está situado entre leitores dotados de competências específicas, identificados pelas suas posições políticas e disposições, todos caracterizados pelas suas práticas de ler o mundo.

Dentre os estudos nos quais encontramos elementos que possibilitam lançar um olhar diferenciado sobre a revolta dos tenentes sergipanos, cito o trabalho da pesquisadora Andrezza Maynard, *A Caserna em Polvorosa: A Revolta de 1924 em Sergipe*. O livro, publicado pela Editora da Universidade Federal de Sergipe, contém o texto da sua dissertação de mestrado, defendida sob o mesmo título em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, com orientação da Profa. Dra. Sílvia Cortez Silva.

É fundamental ler autores como Andrezza Maynard. O trabalho dela contribui para dar historicidade a todos os atos, dar sentido aos objetos próprios da história política. É importante compreender os métodos de pesquisa e da escrita do historiador e buscar todo e qualquer tipo de registro, uma vez que cada leitor, a partir de suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, dá um sentido mais ou menos singular, mais ou menos partilhado, aos textos de que se apropria. Reencontrar esse fora-do-texto não é tarefa fácil, pois são raras as confidências dos leitores comuns sobre suas leituras (Chartier, Roger. *Escribir las Práticas: Foucault, de Certeau, Marin*. Buenos Aires: Manantial, 1996: 20).

Desde que Walter Benjamin afirmou que “A história deve ser escovada a contrapelo” ficaram abertas inúmeras possibilidades reflexivas acerca de dadas verdades históricas comumente aceitas. O filósofo e sociólogo alemão ligado ao movimento da chamada Escola de Frankfurt enunciou este seu entendimento ao publicar em 1940 as suas *Teses Sobre o Conceito de História*.

Benjamin fez este enunciado ao discorrer sobre a sua Tese VII, na qual apresentou muitos elementos fortes, portadores de uma elevada iconoclastia e de uma concepção alternativa a respeito da cultura, dizendo: “O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo”.

Este modo de olhar a História vinha se afirmando tanto por intelectuais ligados à Escola de Frankfurt, na Alemanha, quanto por estudiosos da Escola dos Anales, na França. Em diferentes espaços geográficos, pesquisadores começaram a esboçar interpretações da História que assumiam posições diferenciadas, o que ganhou muita clareza a partir da metade do século XX, na Inglaterra, nos Estados Unidos da América e no Canadá. Assim, é importante referenciar estudos como os realizados por Norbert Elias, em *Estabelecidos e Outsiders*, Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Raymond Williams e Natalie Zemon Davis, apenas para citar os mais conhecidos.

Alguns poderão considerar estranho o uso do debate proposta por Chartier para debater a história política. Todavia, o fato de este haver se debruçado sobre os objetos que escolheu possibilitou aos que se interessam pelos seus estudos alargar algumas das suas inovações e lançar luzes sobre os processos e objetos culturais sem subordiná-los a estruturas econômicas ou políticas e ao mesmo tempo compreender que a política é também expressão das práticas culturais. Perceber a relação que permite utilizar as condições intelectuais próprias a cada indivíduo ao conjunto de relações que este estabelece com o grupo do qual participa, as chamadas utensilagens mentais para compreender os fenômenos da história política.

Se Maurício Graccho Cardoso foi momentaneamente vencido e, ao mesmo tempo, vencedor em 1924, a partir de 1930 ele amargou a condição de *outsider*. Ficou à margem da História até o início do processo de redemocratização em 1945. Foram 15 anos sem voz.

Não é possível retirar os méritos das inovações que Augusto Maynard trouxe à administração pública em Sergipe. Todavia, não

pesava no momento da revolta do 13 de Julho sobre Maurício Graccho Cardoso nenhuma acusação consistente capaz de comprometê-lo como gestor.

O próprio Maynard lhe ofereceu a oportunidade de aderir aos golpistas e permanecer no governo. A prisão de Graccho Cardoso ocorreu em face da negativa de adesão. Não havia nada no programa dos revoltosos que fosse acréscimo ao projeto que Cardoso vinha implementando com sucesso na condição de presidente do Estado de Sergipe. A única e honrosa exceção é a do Jardim de Infância, público já citado neste texto.

Empossado no Poder Executivo em 24 de outubro de 1922, Graccho construiu a imagem de realizador e muito competente. Criou vários grupos escolares, instalados em edifícios suntuosos que eram chamados de palácios do saber. Construiu o edifício-sede da Prefeitura de Aracaju, na praça Olympio Campos, e o edifício do Atheneu Pedro II, na avenida Ivo do Prado, onde atualmente funciona o Museu da Gente Sergipana.

Maurício Graccho Cardoso foi responsável pela obra do Mercado de Aracaju em parceria com o empresário Antônio Franco. Também foi por sua iniciativa a construção do edifício da Associação Comercial de Sergipe, da sede do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Hospital Cirurgia, este ao lado do médico Augusto César Leite. Ainda fundou as faculdades de Farmácia Aníbal Freire da Fonseca e a de Direito Tobias Barreto.

Graccho criou o Instituto de Química de Sergipe, atual Instituto de Tecnologia e Pesquisas – ITPS, onde instalou um curso superior de Química liderado pelo reconhecido engenheiro civil e químico Archimedes Pereira Guimarães, que mandou buscar na Faculdade de Química da Bahia, além de criar o Instituto Parreiras Horta. Como presidente de Estado, instalou a Usina de Energia Elétrica de Sergipe.

Afastado do poder no dia 14 de Julho de 1924, Maurício Graccho Cardoso permaneceu preso no quartel do 28º BC. Somente retomaria o seu posto de Presidente do Estado no dia quatro de agosto do mesmo ano, depois que os tenentes revoltosos foram vencidos, dois dias antes.

3. CONCLUSÃO

Qual a versão correta? Nos diferentes olhares aqui expostos, há evidências que fazem todos eles verdadeiros. O inglês Edward Thompson nos ensinou que aquele que se lança aos arquivos, que vasculha os registros memorialísticos, inevitavelmente faz seleções de evidências que dão sentido ao discurso que articula. Por tudo isto, a história é uma construção discursiva permanentemente em mudança. Pesquisar sempre é uma responsabilidade que se impõe a todos nós.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História**. In: LOWY, Michael. Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma Leitura das Teses Sobre o Conceito de História. São Paulo, Boitempo, 2005.
- CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju, Livraria Regina, 1955.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa, DIFEL, 1990.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe**. Petrópolis. Editora Vozes, 1974.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna**. Oito ensaios. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- DE DECCA, Edgar. **1930: O Silêncio dos Vencidos**. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2013.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a Partir de Uma Pequena Comunidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MAYNARD, Andrezza Santos. **A Caserna em Polvorosa: a Revolta de 1924 em Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS, 2012.

NASCIMENTO, José Anderson. **A revolta de julho de 1924 e os seus reflexos sociais**. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/a-revolta-de-de-julho-de-1924-e-os-seus-reflexos-sociais/>>. Acesso em: 12 dez. 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1981.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**: de Coleridge a Orwell. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 2011.

WYNNE, S. Pires. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 1970.

Nota editorial:

O conteúdo deste artigo é de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es), não refletindo a opinião institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe – Alese.

Está licenciado nos termos da Creative Commons – Atribuição-Não Comercial-Compartilhamento pela Mesma Licença (CC BY-NC-SA). Para mais informações sobre os termos da licença, acesse: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE SERGIPE